



“Histórias do Trabalho no Sul Global”

“Historias del Trabajo en el Sur Global”

“Labour Histories from the Global South”

I Seminário Internacional de História do Trabalho

V Jornada Nacional de História do Trabalho

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

25-28 de Outubro de 2010

CIDADANIA E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DE AGRIPINO NAZARETH (1886-?): NOTAS DE PESQUISA

Aldrin Armstrong Silva Castellucci¹

Mas já vai longo este artigo. Longo, principalmente, porque falei muito de mim e eu, que não sou um cabotino, sempre desamei as autobiografias, irmanado, nesse ponto, com o amargo Schopenhauer que as dizia próprias dos imbecis.

Agripino Nazareth, *Ao Povo Baiano*, 1919²

(...). E como a gente não só esquece as coisas simplesmente porque elas não importam mas também esquece as coisas porque elas importam muito – porque cada um de nós recorda e esquece segundo um padrão cujas curvas labirínticas representam um sinal de identificação não menos individual do que uma impressão digital -, não é de admirar que os fragmentos da realidade que uma pessoa acolhe zelosamente como constituintes da sua biografia possam parecer a uma outra, que, digamos, tenha comido dez mil jantares na mesma mesa de cozinha, nada mais do que uma caprichosa excursão no terreno da mitomania.

Philip Roth, *Pastoral americana*, 1997³

¹ Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Adjunto de História do Brasil na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus II. Contatos: aldrin.castellucci@hotmail.com. O presente texto apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa em execução que conta com o apoio da Universidade do Estado da Bahia ao projeto de pesquisa institucionalizado junto ao DEDC II.

² NAZARETH, Agripino. Ao Povo Baiano. In: *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jun. 1919, p. 3 e 5.

Houve um tempo em que só se escrevia sobre determinado indivíduo para elogiá-lo ou detrá-lo. Escreviam-se biografias de estadistas, políticos, militares, membros da nobreza, líderes revolucionários, intelectuais ou empresários bem-sucedidos com o objetivo declarado de legitimá-los, destacar suas virtudes ou desqualificá-los. Com frequência, procurava-se pôr o biografado como alguém que estava à frente de seu tempo. Em alguns casos, os homens pareciam agir livres de condicionantes sociais. A apologia ou a difamação eram os traços mais marcantes, e isso não era à toa. Os “grandes personagens” eram os sujeitos privilegiados pelo paradigma da História até as primeiras décadas do século XX. A História era essencialmente episódica, marcada por um discurso oficial, apesar de se reivindicar *objetiva*, e por uma narrativa da biografia dos grandes homens e seus feitos políticos, administrativos, diplomáticos e militares.

Um mapeamento completo do campo a partir das mudanças substanciais pelas quais ele passou foi feito por Benito Schmidt. Como observou este autor, a partir da década de 1990, as biografias ganharam muita força, tanto no campo acadêmico, como no da literatura, do cinema e do jornalismo. Historiadores, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos voltaram suas atenções para o estudo de trajetórias individuais. Coletâneas foram organizadas e periódicos especializados dedicaram números específicos para o tema. Várias dissertações de mestrado e teses de doutorado foram defendidas no interior da universidade. As fronteiras existentes entre as disciplinas foram questionadas. Além disso, o retorno à biografia não ocorreu simplesmente a partir da retomada de antigos padrões e procedimentos criticados naquele gênero em sua versão tradicional. As novas biografias, ao menos na área da História, estão preocupadas em acompanhar a trajetória de determinados sujeitos enquanto membros de uma dada comunidade ou sociedade e não em sua singularidade absoluta, destacada da dos demais. A análise recai sobre a tensão existente entre o individual e o coletivo, sendo uma chave para adentrar numa dada sociedade e aprofundar os conhecimentos históricos sobre ela. Por isso mesmo, os *grandes vultos* não ocupam mais a posição de exclusividade nesse gênero narrativo, e as biografias das pessoas comuns, dos destituídos de prestígio social e

³ ROTH, Philip. *Pastoral americana*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Planeta De Agostini, 2003, p. 70.

de poder político e econômico, dos trabalhadores, das mulheres e dos iletrados são cada vez mais recorrentes.⁴

O próprio Schmidt, a partir da incorporação dos parâmetros teóricos e metodológicos da micro-história, recompôs em detalhes a vida de dois indivíduos com origens de classe e etnia diferentes, vindos de mundos culturalmente diversos que, por caminhos e razões igualmente distintas, aderiram e se tornaram lideranças do movimento operário e socialista gaúcho, conflitaram com outras correntes ideológicas, construíram alianças com setores da elite política sul-rio-grandense na Primeira República e tornaram-se aliados de Getúlio Vargas após a Revolução de 1930. O litógrafo pardo Francisco Xavier da Costa (187?-1934) chegou a se eleger conselheiro municipal da capital gaúcha para o quadriênio de 1912-1916 pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, cargo ao qual foi reconduzido em 1916 e 1928. Em dezembro de 1931, Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha o nomearam membro do Conselho Consultivo do Rio Grande do Sul. Já Carlos Cavaco (1878-1961), começou a vida como militar lutando na Revolução Federalista, primeiro como Maragato, depois como governista. Em seguida, tornou-se literato e jornalista. Depois da Revolução de 1930 abandonou a militância socialista e se tornou um anticomunista ao integrar os quadros do recém-criado Ministério do Trabalho, onde se encontrou com outros militantes reformistas oriundos da Primeira República, a exemplo de Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta e do próprio Agripino Nazareth.⁵

Em alguns casos, as novas biografias feitas por historiadores não só rompem com a idéia de que os sujeitos possam estar acima ou à margem das classes e das relações sociais, como procuram perceber os biografados enquanto *representativos* do grupo social ao qual eles pertencem. Esse é o caso da pesquisa de Edilene Toledo, que, através da reconstituição da conturbada e complexa trajetória de três militantes, reconstitui o cenário, o clima, as tensões e as idéias que estavam por detrás do surgimento e expansão

⁴ SCHMIDT, Benito. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, Benito (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 49-70; SCHMIDT, Benito. Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Projeto História*, São Paulo: PUC-SP, nº 16, p. 233-259, fev. 1998; SCHMIDT, Benito. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, nº 19, 1997; SCHMIDT, Benito. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetórias, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, v. 6, p. 165-192, 1996.

⁵ SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

do *sindicalismo revolucionário* na Europa e no Brasil, indicando as influências, os pontos de contato e de afastamento com o anarquismo e o socialismo em cada país.⁶ Caminho semelhante é trilhado por Joseli Mendonça para a escrita da biografia de Evaristo de Moraes (1871-1939), um homem pobre que se fez rábula e enfrentou os preconceitos de cor e de classe erigidos contra si e contra os trabalhadores, atuando em defesa dos operários por meio dos sindicatos e da Justiça.⁷

Mesmo quando se admite a atipicidade do personagem biografado em relação ao seu meio-ambiente original e a multiplicidade subjetiva de sujeitos que sua individualidade abriga, a idéia de que um indivíduo pode ser representativo de um grupo não é descartada por alguns autores. Esse é o caso da acurada pesquisa que Carlo Romani fez sobre Oreste Ristori (1874-1944), um militante libertário nascido em um pequeno vilarejo da Toscana que realizou sua pregação anarquista num amplo circuito que cobria a Itália, a França, a Argentina, o Uruguai e o Brasil. Como o próprio autor assinalou, Ristori poderia ser tanto um individualista incendiário, quanto um propagandista erudito, um teórico ou um aventureiro *bon vivant*, mas ele era “representativo de um protótipo do revolucionário anárquico”.⁸

Mas, como assinalou Sabina Loriga, a idéia de que o estudo da trajetória de um indivíduo possa ser feito tomando-o como representativo de um grupo social foi criticada por outros historiadores praticantes do gênero biográfico, pois “vidas que se afastam da média levam talvez a refletir melhor sobre o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social”. Ainda segundo a mesma linha de argumentação, “Apenas um grande número de experiências permite levar em consideração duas dimensões fundamentais da história: os conflitos e as potencialidades”.⁹

Além disso, como explicou Jacques Revel, o paradoxo entre a micro-história e a história social é apenas aparente:

⁶ TOLEDO, Edilene Teresinha. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. Ver, também: TOLEDO, Edilene Teresinha. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁷ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, Tribuno da República*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

⁸ ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2002. A citação é da página 205.

⁹ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 225-249. As citações são das páginas 248 e 249.

(...) a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último. Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra -, a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve.¹⁰

A aposta na busca da diversidade e da singularidade relativa dos itinerários de pessoas que vivem dilemas e contradições está em sintonia fina com a crítica que Bourdieu faz aos intelectuais que tentam ver os sujeitos como criaturas dotadas de uma vida coerente, linear, com etapas bem-definidas, unidirecional e guiadas por um objetivo inicial, original, que as acompanha desde a tenra idade até a morte, esta última encarada como um desfecho final de uma trama lógica e já conhecida, quase um destino.¹¹

As preocupações de Bourdieu guardam uma relação direta com o paradigma indiciário. Tanto que Ginzburg foi uma referência teórica importante não apenas nas pesquisas de Schmidt, mas também no pioneiro trabalho que Regina Horta Duarte fez sobre o anarquista Avelino Fóscolo (1864-1944). Nascido em Sabará, Minas Gerais, Fóscolo iniciou sua militância nas hostes abolicionistas e republicanas, como tantos outros reformadores sociais de seu tempo. Logo se destacou como ator de teatro, literato e jornalista. Passados alguns anos, desencantou-se com a República e aderiu ao anarquismo em sua vertente comunista libertária, cujos teóricos lia avidamente, especialmente o russo Kropotkin e os franceses Elisée Reclus e Jean Grave. A literatura passou a ser usada por Avelino como meio de propaganda libertária, guardando uma relação estreita com o naturalismo de Zola e outros. Nos anos de 1910, a partir de seus conhecimentos farmacêuticos, Avelino Fóscolo criou uma eficiente fórmula de coalhar leite com a qual ganhou muito dinheiro e ficou rico. Nesse período, seu radicalismo anarquista perdeu força e ele chegou a ficar desesperançado acerca da possibilidade de uma ação operária libertária. Ele chegou mesmo a se candidatar a vereador na cidade de Paraopeba, atitude que estava em contradição com o que pregara no passado nos jornais *A Nova Era* e *O Semeador*. Tanto que nas duas ocasiões em que se candidatou – 1912 e 1915 – conseguiu se eleger, mas renunciou ao cargo, retornando ao ideário ácrata. Seu

¹⁰ REVEL, Jacques. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 17.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 183-191.

arrependimento apareceu, inclusive, em *Vulcões*, romance que escreveu em fins dos anos 1910 e que, tal qual em escritos anteriores, possuía uma ligação direta com a realidade contemporânea do autor e com as lutas que ele empreendia para transformar a sociedade. De todo modo, nos anos 1930 Avelino caiu em ostracismo, faliu, voltou à condição de pobreza e morreu no esquecimento em 1944.¹²

De fato, em ensaio publicado originalmente em 1979 sobre o paradigma indiciário, Ginzburg observou que “pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível”, pois “o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”.¹³ Como lembrou Giovanni Levi, a micro-história se baseia na “redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental”. Esse procedimento é capaz de revelar “fatores previamente não observados”, possibilitando ao pesquisador “extrair uma generalização mais ampla” de seus estudos.¹⁴

Nosso estudo está sintonizado, pois, com as considerações críticas que os novos historiadores-biógrafos fizeram ao gênero em análise. Nesse sentido, o presente texto reúne os primeiros resultados de uma pesquisa em andamento que visa construir uma biografia histórica de Agripino Nazareth, levando em conta a indissolúvel relação existente entre indivíduo e contexto. Mas, como notou Carlos Antonio Aguirre Rojas, os indivíduos não são entidades formadas e imutáveis, e o contexto não é simples, linear e absoluto. Os biografados compõem o contexto, sendo que um é parte integrante do outro, chegando a confundir-se entre si. Eles se produzem mutuamente. Daí que o contexto deve ser visto e analisado em toda a sua complexidade, abarcando as dimensões do econômico, do social, do geográfico, do político e do cultural, e os biografados devem ser estudados sem perder de vista a múltipla rede de vínculos horizontais e verticais que possuem. Um esforço deve ser feito para articular o singular e específico com o regular e geral, a *necessidade* e a *liberdade*. Isso pressupõe o abandono de qualquer pretensão a se escrever uma biografia linear e sem as marcas do aleatório, já que os indivíduos são

¹² DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória de Avelino Fóscolo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

¹³ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 143-179. As citações são das páginas 150 e 157.

¹⁴ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 133-161. As citações são das páginas 136, 139 e 141.

contraditórios e mutáveis, suas vidas não seguem um plano pré-estabelecido e podem ser influenciadas pelo acaso.¹⁵

* * * * *

Agripino Nazareth nasceu em Salvador no dia 24 de fevereiro de 1886, filho de Antonio Agripino Nazareth. Até o momento da pesquisa nada sabemos sobre quem foi sua mãe ou onde ele fez seus estudos primários e secundários. Temos conhecimento que ele iniciou seus estudos superiores na então Faculdade de Direito do Recife, cidade onde morou com seus familiares de 1902 a 1907. Em seguida, matriculou-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, antiga Capital Federal, instituição na qual ficou até março de 1908 e concluiu o 4º ano do curso. Sua formação, porém, foi concluída na Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo de São Francisco, onde obteve o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no dia 11 de dezembro de 1909.¹⁶

Desde muito cedo, Agripino Nazareth dedicou-se ao jornalismo político, escrevendo para diversos órgãos de imprensa no Brasil, às vezes usando o pseudônimo Chacon Leite.¹⁷ Já em 1904, aos 18 anos de idade, ele colaborava com o jornal pernambucano *A Província*, antigo órgão do Partido Liberal, que havia começado a circular em 1872 e no qual Joaquim Nabuco escreveu seus artigos em defesa da Abolição da escravidão, no final do Império, e Dantas Barreto combateu a oligarquia Rosa e Silva, sob a República.¹⁸

Em 1910, o jornalista potiguar Pedro Avelino, recém-nomeado prefeito do Alto Juruá, no Acre, nomeou Agripino Nazareth, que o tinha como seu “ilustre e querido amigo”, delegado de polícia do Tarauacá, uma região que ainda não havia sido desmembrada do Juruá. Agripino, então com 23 anos de idade, teria recebido “plenos poderes” não apenas para “resolver assuntos da alçada policial, mas todos que fossem de competência exclusiva do prefeito”.¹⁹

¹⁵ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografía como género historiográfico. Algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 9-48.

¹⁶ Arquivo da Faculdade de Direito da USP. *Registro de Diploma e Histórico de Agripino Nazareth*. NAZARETH, Agripino. Ao Povo Baiano. In: *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jun. 1919, p. 3 e 5.

¹⁷ NASCIMENTO, Luiz do. *Dicionário de pseudônimos de jornalistas pernambucanos*. Recife: Editora da UFPE, 1983, p. 165.

¹⁸ NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*, v. II. Recife: Imprensa Universitária – UFPE, 1966, p. 174-236.

¹⁹ NAZARETH, Agripino. Ao Povo Baiano. In: *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jun. 1919, p. 3 e 5.

Contudo, foi no final de 1915 que ocorreu uma das primeiras grandes aparições públicas de Agripino. Nesse momento, ele associou-se ao coronel reformado do Exército Barbosa Lima, ao advogado e deputado federal Maurício de Lacerda e ao médico Maurício de Medeiros, além de Vicente Piragibe, Pedro Moacyr, Raphael Cabeda, Caio Monteiro de Barros, Campos de Medeiros e Georgino Avelino (filho do jornalista potiguar Pedro Avelino), visando a promover uma sublevação de praças e sargentos do Exército, da Marinha de Guerra, da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros da então Capital Federal com o objetivo de depor o presidente Wenceslau Braz e instaurar uma República Parlamentar no Brasil chefiada pelo general Dantas Barreto, então presidente do estado de Pernambuco.

Setores importantes da classe operária foram mobilizados, incluindo os estivadores e os trabalhadores da *Light*. Inúmeras reuniões preparatórias foram feitas em diversas localidades, a exemplo de Irajá, Penha, Morro da Penna, Jacarepaguá, Botafogo, em barcas da Companhia Cantareira, na Estação Madureira, nos próprios quartéis, na redação do jornal *A Época*, do qual Agripino Nazareth era redator, em sua própria residência, localizada na rua Ferreira Araújo, n.122, em São Cristóvão, e na residência de Sebastião de Lacerda, ministro do Supremo Tribunal e pai de Maurício de Lacerda, que morava em Vassouras.

Inicialmente prevista para o dia 24 de dezembro, a revolta teve que ser antecipada para 18 de dezembro de 1915, pois circulou a notícia de que generais e comandantes de corpos preparavam manobras militares, o que despertou a desconfiança das lideranças de que o governo descobrira a conspiração. A defesa da antecipação teria sido feita por Agripino Nazareth, que orientou os corpos da Vila Militar a rumarem em direção à cidade à meia noite daquele dia. Além disso, cada fortaleza militar faria três disparos como sinal previamente convencionado. Ao mesmo tempo, o 56º Batalhão de Caçadores marcharia em direção ao Palácio do Catete e prenderia o Presidente da República, e o 52º Batalhão de Caçadores iria até o Quartel General para aclamá-lo Presidente da República Parlamentar até a chegada do general Dantas Barreto. O plano teria seqüência com o 3º Regimento de Infantaria assumindo o controle do Arsenal de Marinha e dos Telégrafos. Caso houvesse resistência no antigo Arsenal de Guerra, esta seria quebrada pelo envio de outras tropas e pelo seu bombardeio a partir das fortalezas.

Finalmente, os comandos militares seriam entregues aos sargentos Severino da Costa Villar, Octaviano José Cardoso, Arthur Leite de Castro e Celso Silva, e Wenceslau Braz seria obrigado a telegrafar aos governantes dos estados comunicando sua deposição e a proclamação da República Parlamentar no Brasil. Porém, o complô foi descoberto e sufocado antes que todas as ações previstas pudessem ser colocadas em prática, sendo os militares envolvidos expulsos de suas respectivas corporações.²⁰

Os civis que tomaram parte da conspiração parecem ter continuado a desempenhar os mesmos ofícios e as mesmas atividades ligadas ao jornalismo político de antes do movimento. Tanto que, em 1917, o agitado ano das greves gerais que eclodiram de norte a sul do Brasil, Agripino Nazareth aliou-se ao crítico literário e jornalista libertário, depois fundador do PCB, Astrojildo Pereira, ao médico anarquista Fábio Luz, ao escritor Lima Barreto e novamente ao deputado Maurício de Lacerda para, por meio do jornal carioca *O Debate*, defender a Revolução Russa da campanha caluniosa da imprensa contra o país dos Sovietes.²¹

Em novembro de 1918, Agripino se envolveu em mais uma conspiração no Rio de Janeiro, juntando-se a vários líderes libertários, a exemplo do professor José Rodrigues Leite Oiticica e do jornalista Astrojildo Pereira, além de Manuel Campos, Carlos Dias, Álvaro Palmeira, José Elias da Silva e João da Costa Pimenta com o propósito de instaurar uma República de Operários e Soldados no Brasil. A chamada *Insurreição Anarquista de 1918* contou com a adesão dos operários têxteis, metalúrgicos e da construção, que deflagraram greves, mas o movimento havia sido infiltrado pelo tenente Jorge Elias Ajus e foi desbaratado pelas forças governamentais em seu nascedouro. A polícia realizou centenas de prisões e deportações, além do fechamento da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, da União Geral dos Metalúrgicos e da União Geral da Construção Civil.²²

Agripino Nazareth testemunhou que, em função da “inabilidade da polícia”, ainda permaneceu no Rio de Janeiro, escrevendo para o periódico *A.B.C.*, até janeiro de 1919, quando foi *pronunciado*. De fato, o exame da coleção do referido semanário demonstrou

²⁰ NORONHA, Abílio de. *Narrando a verdade*. Contribuição para a história da revolta em São Paulo. 3ª ed., São Paulo: CMG Editora, 1924, p. 9-17. Este autor era, por ocasião dos fatos narrados, general de divisão, tendo sido o presidente do inquérito militar contra os sargentos.

²¹ DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2ª edição. São Paulo: Nova Fronteira, 1977, p. 63.

²² ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora Ltda., 1986.

que nosso personagem escreveu ao menos dez artigos assinados entre 30 de novembro de 1918 e 8 de fevereiro de 1919, nos quais tratou de assuntos como a “greve” de 18 de novembro de 1918, da Primeira Guerra Mundial, da Revolução Russa, do Congresso de Versalhes, da sucessão presidencial no Rio e da repressão promovida pelo governador Manoel Antonio contra os partidários de Dantas Barreto durante as eleições de 1919 em Pernambuco, entre outros. A partir de então, para não ser tragado pela escalada repressiva que se seguiu ao levante, refugiou-se no interior e depois na capital do estado do Espírito Santo usando nome falso. Em seguida, partiu para Salvador, sua terra natal, disposto a exilar-se na Europa, caso as circunstâncias o exigissem. Importante observar que, em meados de 1919, na capital baiana, Agripino tratou os acontecimentos de novembro de 1918 no Rio de Janeiro enquanto um “movimento grevista” e não uma insurreição que teria fracassado. Segundo sua versão, os trabalhadores cariocas faziam um “comício” no Campo de São Cristóvão, quando foram surpreendidos por uma violenta ação policial, que teria recebido ordens do chefe de polícia Aurelino Leal, vulgo Trepoff, para dispersar os operários à bala. Segundo Agripino Nazareth,

O operariado, no uso pleno do direito de defesa, e já cansado de suportar, sem reação, anteriores ataques desse gênero e outras mil violências opôs a força à força. Como que fez bem, e, assim teriam também agido em emergência igual, os proletários baianos, acompanhados da minha solidariedade moral e material, se as autoridades do estado, a começar pelo governador (e é esta a razão da cólera dos politiquieiros do Corsário²³), não houvessem, dentro da lei, assegurado aos grevistas, também estes se conduzindo como o fizeram, dentro da lei, a livre manifestação das suas idéias e o livre pugnar pelos seus direitos.²⁴

Na Bahia, Agripino Nazareth exerceu uma proeminente liderança sobre a classe operária nos anos de 1919-1921. Em junho de 1919, quando se autoproclamava *socialista coletivista*²⁵, Agripino liderou milhares de operários na primeira greve geral da Bahia. O movimento, que teve início no dia 2 de junho, paralisou todas as obras de construção,

²³ Referência ao jornal *Diário da Bahia*, ligado aos interesses dos industriais e do grande comércio.

²⁴ NAZARETH, Agripino. Ao Povo Baiano. In: *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jun. 1919, p. 3 e 5. Ver também os seguintes artigos assinados por Agripino Nazareth: Como na Rússia... In: *A.B.C.*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1918, p. 2; e Revolução vendida a prestações. In: *A.B.C.*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1919, p. 2.

²⁵ Agripino Nazareth se definiu enquanto *socialista coletivista* em artigo de sua autoria publicado dias depois da vitoriosa greve geral de junho de 1919. Ver: NAZARETH, Agripino. Caluniadores e Poltrões. In: *Jornal de Notícias*, 13 jun. 1919, p. 3.

oficinas, manufaturas e fábricas, o porto, os transportes urbanos, ferroviários e marítimos, as usinas de produção de energia e iluminação pública e a telefonia de Salvador. O comércio foi obrigado a fechar as portas. Um Comitê Central de Greve (CCG) foi criado sob a orientação de Agripino, que também redigiu e entregou ao governo e aos patrões um *Memorial* contendo as razões da greve geral e as reivindicações dos grevistas, que incluíam jornada de trabalho de oito horas por dia, aumento salarial, abolição do trabalho infantil, isonomia salarial entre homens e mulheres que exercessem as mesmas funções e respeito ao direito de greve e de organização sindical. Dezenas de sindicatos operários tomaram parte do movimento, a maior parte deles fundados ao longo da década de 1910, e outros foram criados durante e após a greve geral. De sorte que, em 9 de junho, o Centro Industrial do Algodão, a entidade que congregava os industriais têxteis, capitulou e divulgou um boletim no qual informava que cedia em todas as pretensões dos milhares de operários empregados em suas fábricas. Novos acordos se seguiram, de modo que no dia 10 de junho de 1919 a cidade começou a voltar ao normal com a vitória dos trabalhadores, a expansão numérica e o fortalecimento político das organizações sindicais e a projeção de novas lideranças operárias. Em julho e setembro de 1919, novas greves com a mesma pauta foram feitas em várias cidades do Recôncavo e nas fábricas têxteis da capital baiana, respectivamente, com o objetivo de estender e preservar as conquistas de junho.²⁶

Agripino Nazareth foi o dirigente, também, do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos, realizado entre 14 e 20 de julho de 1919, reunindo 26 delegados de dez sindicatos.²⁷ A fundação da Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB), em 13

²⁶ Sobre a atuação de Agripino Nazareth na Bahia entre 1919 e 1921, ver: CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004; CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 131-166, 2005.

²⁷ Os delegados presentes no **Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos** foram os seguintes: Nathalio de Jesus, Antonio da Silva e Luís José Soares (Sociedade União Defensora dos Empregados de Ferrovia); Antonio Portugal de Azevedo, Manuel Maria dos Santos e João Paulo Baptista (Sociedade União Defensora dos Sapateiros); Oscar Francisco Lopes, Constancio P. Victorio e Honorato Gomes Filho (União dos Operários de Padaria); Edgard José Britto, Maximiano José da Silva e José Alves do Nascimento (Sociedade União e Progresso dos Operários da Bahia); João Lessa (União Gráfica Baiana); Alfredo Campos de Oliveira, Aurelio Pereira da Silva e Oscar Correia (Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz e Força Elétrica do Estado da Bahia); José dos Santos Gomes (Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros); Marciano Pacífico da Paixão e Estephanio do Nascimento (Sociedade União dos Marmoristas); Asterio Luiz dos Prazeres, Manoel P. de Oliveira e Petronillo Dantas (Sindicato dos Marceneiros); Martinho Pontes, Antonio Henrique Pimentel, Antonio F. da Silva e Maximiano José da Silva (Sociedade União dos Condutores de Carroças e Classes Anexas). além das sociedades operárias mutualistas, estiveram ausentes do conclave todas as organizações sindicais portuárias e marítimas da

de fevereiro de 1920, foi seu desdobramento mais importante. Em julho de 1920, a FTB já agrupava dezesseis sindicatos e mais de 25 mil trabalhadores. Além disso, a revista *Germinal*, editada por Agripino entre março e maio de 1920, repercutia a atuação da FTB junto ao operariado.²⁸ Mas, em setembro daquele ano, o Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros, que havia sido o protagonista da greve geral de junho de 1919 e era a principal entidade da FTB, rompeu com o *sindicalismo reformista* e aderiu ao *sindicalismo revolucionário*, passando a publicar o jornal *A Voz do Trabalhador* até pelo menos dezembro de 1922.²⁹

Em agosto de 1920, Agripino fundou o Partido Socialista Baiano (PSB), contando com sólida base operária. O PSB chegou a lançar, sem sucesso, os nomes de Maurício de Lacerda ao Senado e de Agripino Nazareth à Câmara dos Deputados.³⁰ A conjuntura de

Bahia, a exemplo da União dos Estivadores, da União dos Carregadores, da União dos Foguistas, da Associação dos Marinheiros e Remadores e do Clube Defensor e Beneficente dos Maquinistas, demarcando uma clivagem que reproduz uma separação existente no movimento sindical carioca. *O Tempo*, 15, 16, 17 e 19 jul. 1919; *Jornal de Notícias*, 28 jun. 1919, 15, 16, 18 e 23 jul. 1919; *O Democrata*, 16 e 22 jul. 1919; *O Imparcial*, 15, 16, 17, 19, 20 e 27 jul. 1919; *Diário da Bahia*, 16 jul. 1919; *Diário de Notícias*, 2 jul. 1919.

²⁸ As colunas desse jornal estão cheias de alusões às vitórias que a classe operária conseguiu após a fundação do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes e à greve geral, que teve naquela entidade sua vanguarda. O proletariado baiano aparecia imbuído de uma nova mentalidade e consciência, disposto a lutar pela fundação de novos sindicatos e contra os patrões. Além disso, o jornal recebia colaborações de militantes de outros estados, a exemplo de Adolpho Porto e Astrojildo Pereira, que davam informações sobre a situação do movimento operário em outras regiões do país. Por fim, *Germinal* procurava dar conta de analisar as lutas da classe operária baiana naquele momento.

²⁹ Tratava-se de uma cisão intimamente relacionada com a participação daquele sindicato no **Terceiro Congresso Operário Brasileiro**, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 25 e 30 de abril de 1920, quando aderiu às teses libertárias contrárias à participação da classe operária na política institucional e partidária. Os operários Gaudêncio José dos Santos e Annibal Lopes Pinho foram os delegados eleitos e enviados pela **Federação dos Trabalhadores Baianos** para representar os seus 14 sindicatos filiados naquela ocasião, que eram os seguintes: Sociedade União dos Metalúrgicos da Bahia; Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes; Sociedade União Defensora dos Sapateiros; Sindicato dos Produtores de Marcenaria; Sociedade União dos Operários de Padaria; Liga Operária dos Alfaiates da Bahia; Sociedade União dos Marmoristas; União Gráfica Baiana; Sociedade União dos Foguistas Terrestres da Bahia; Sociedade Defensora dos Eletricistas; Sociedade União Defensora dos Operários de Ferrovia; União dos Empregados de Bonde, Força e Luz da Bahia; Sociedade Resistência Protetora dos Operários de São Félix e Cachoeira; União Defesa Operária de Muritiba, além do periódico socialista *Germinal*, editado por Agripino Nazareth. *Germinal*, Salvador, ano I, nº 3, 1º maio 1920, p. 4; *A Voz do Trabalhador*, Salvador, ano I, nº 2, 9 out. 1920, p. 4; *A Voz do Trabalhador*, Salvador, ano I, nº 24, 19 mar. 1921, p. 1; *A Tarde*, 16 jul. 1920, p. 2. DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 113, 114 e 128.

³⁰ A **Comissão Operária Organizadora do PSB** foi formada por Adriano Marques (metalúrgico), Guilherme Nery (pedreiro), Angelo Barbosa (estucador), José Camerino dos Santos (marceneiro), Domingos Ferreira (eletricista), Estevam Nery (marceneiro), Firmo de Novaes (estucador), Ildefonso Soares (sapateiro), Cassiano José de Araújo (entalhador), José de Almeida (marceneiro) e Annibal Lopes Pinho (marceneiro). Já a **Comissão Administrativa Provisória do PSB** foi assim constituída: Secretário-geral - José Domiense da Silva (marceneiro), 1º Secretário - Oscar Mattos (gráfico), 2º Secretário - Adriano Ribeiro de Moura (metalúrgico), 3º Secretário - Salustiano dos Santos (alfaiate), 4º Secretário - João Pedreira dos Santos (sapateiro), 1º Tesoureiro - José dos Santos Gomes (pedreiro), 2º Tesoureiro -

agitações operárias na Bahia sofre um corte em janeiro de 1921, após o fracasso das greves dos operários têxteis e carregadores das docas, e em meio às denúncias de que a polícia havia descoberto dinamites espalhadas pela capital baiana. Aproveitando-se da situação, o então governador J. J. Seabra mandou prender e deportar Agripino Nazareth para o norte do país, mas, por razões e caminhos que desconhecemos, seu porto de desembarque foi o Rio de Janeiro.³¹

Na Capital da República, Agripino casou-se com Maria de Lourdes Lyra de Nazareth, com quem teve quatro filhos: Terezinha Nazareth, Maria Lúcia Nazareth, Agripino Nazareth Filho e Glória Nazareth.³² Em meados de 1921, ele somou-se a figuras como Evaristo de Moraes, Nicanor Nascimento, Maurício de Lacerda, Everardo Dias, Joaquim Pimenta e Afonso Schmidt para fundar o *Grupo Clarté* brasileiro, a Internacional do Pensamento, criada para defender a Revolução Russa das calúnias da grande imprensa.³³ Em carta datada de março de 1921, publicada no semanário *A.B.C.*, Agripino Nazareth já havia se associado a outros cinco militantes e enviado uma declaração de adesão política dos “operários intelectuais e estudantes brasileiros aos seus camaradas franceses”.³⁴

Até o princípio dos anos 1920, nosso personagem escreveu grande quantidade de artigos para diversos periódicos, principalmente do Rio de Janeiro, mantendo uma colaboração sem grande tensão com outros militantes e correntes de pensamento. Essa

Eleutério Bispo Ferreira de Souza (tecelão). A inserção do *Partido Socialista Baiano* nos meios operários pode ser percebida também pela penetração e o prestígio que seus membros desfrutavam nos sindicatos mais combativos da época, a exemplo de José dos Santos Gomes, Guilherme Francisco Nery e José Domiense da Silva, fundadores e militantes ativos do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes desde 1919. Entre os seus membros estava o português Annibal Lopes Pinho, o mesmo que havia sido eleito para representar, juntamente com Gaudêncio José dos Santos, a Federação dos Trabalhadores Baianos e seus 14 sindicatos filiados no Terceiro Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, em abril de 1920. A sede do Partido Socialista Baiano foi instalada no Sindicato dos Marceneiros e em seu programa político, relativamente avançado para a época, constava: socialização do comércio, das grandes indústrias e de todos os meios de transporte; fixação do salário mínimo; equiparação dos operários municipais, estaduais e federais aos funcionários públicos; abolição de todos os impostos indiretos e transformação dos diretos num imposto progressivo sobre qualquer renda superior a seis contos de réis anuais; voto da mulher e do soldado; reforma das leis de inquilinato e despejo. Além disso, moções de simpatia pelos trabalhadores de todos os países e de protesto contra o governo da França e sua postura hostil em relação à Rússia revolucionária foram aprovadas. *A Tarde*, 24 e 27 ago. 1920, p. 3.

³¹ Em princípios de fevereiro de 1921, o jornal baiano *A Voz do Trabalhador* chegou a anunciar que Agripino Nazareth teria notificado que requereria uma ordem de *habeas corpus* ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas não conseguimos apurar o resultado de tal empreitada.

³² Arquivo do Ministério Público do Trabalho. *Ficha funcional de Agripino Nazareth*.

³³ HALL, Michael & PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da Revolução nos espíritos ao Ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 251-287.

³⁴ *A.B.C.*, Rio de Janeiro, 2 abril 1921, p. 2.

situação mudou bastante em meados da década de 1920. Em 1º de maio de 1925, Agripino e Evaristo de Moraes fundaram um novo Partido Socialista, desfrutando de alguma influência sobre o operariado da Bahia e da Capital Federal, inclusive concorrendo às eleições para o legislativo municipal do Rio em 1926 e à Câmara Federal em 1927. Mas apesar do PSB usar as páginas de *Vanguarda* para defender um programa socializante e o reconhecimento da URSS pelo governo brasileiro, seus líderes sofreram duras críticas de Octavio Brandão e do PCB através do jornal *Voz Cosmopolita*.³⁵

As fontes para a reconstituição dessa polêmica já foram levantadas em nossa pesquisa, mas elas ainda não foram analisadas. Os termos desses debates e conflitos certamente nos ajudarão a elucidar os caminhos que foram trilhados até a mudança significativa no discurso de Agripino Nazareth a partir dos anos 1930, particularmente seu anticomunismo. Todavia, em 1927, Agripino escrevia para o jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, mas alguns de seus artigos eram publicados, também, no *Diário da Manhã*, do Recife, para o qual contribuía, ainda, o comunista Cristiano Cordeiro (redator-secretário) e alguns dos seus velhos companheiros de antigas jornadas, como Maurício de Lacerda, Joaquim Pimenta, Alexandre José Barbosa Lima, Barbosa Lima Sobrinho e o general Dantas Barreto. O *Diário da Manhã* chegou, inclusive, a fazer declarações de apoio a Luiz Carlos Prestes e à Aliança Liberal.³⁶

Em 1930, Agripino ingressou no governo de Getúlio Vargas, integrando-se ao recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), a convite de Lindolfo Collor, primeiro titular da pasta. A imprensa noticiou que seu cargo era o de Consultor Técnico do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), mas sua ficha funcional o qualificou como *patrono* daquele órgão. No MTIC ele reencontrou Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta, Deodato Maia e outros reformadores sociais da Primeira República. Nesse momento, seu discurso assumiu caráter explicitamente anticomunista e de negação da política.³⁷

Já no dia 23 de dezembro de 1930, Agripino Nazareth enviou uma mensagem ao Comitê Pró-Reivindicação do Centro Operário da Bahia, em resposta ao telegrama com

³⁵ DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 231-232; BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 319, 324-329.

³⁶ NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*, v. III. Recife: Imprensa Universitária – UFPE, 1967, p. 275-310.

³⁷ Arquivo do Ministério Público do Trabalho. *Ficha funcional de Agripino Nazareth; Diário de Notícias*, Salvador, 8 jan. 1931, p. 1.

felicitações que lhe fora enviado por ter sido convidado para compor os quadros do “Ministério da Revolução”. Em sua missiva, publicada no *Diário de Notícias* de 8 de janeiro de 1931, Agripino Nazareth explicou que aceitara o “honroso convite” que lhe fizera Lindolpho Collor porque estava imbuído da “convicção” de que o “eminente compatriota” estava “firmemente disposto a integrar o proletariado brasileiro nos direitos que lhe cabem” e pelos quais ele havia sempre pugnado. De acordo com Agripino, o “grande espírito que incorporou ao programa da Aliança Liberal todo um capítulo de legítimas reivindicações operárias não desgarraria dos princípios firmados no memorável manifesto de 20 de setembro de 1929”. Além disso, “a Revolução Brasileira criou para os trabalhadores, até bem pouco tempo entregues à sanha policial, um ambiente propício a necessárias reivindicações”. Segundo Agripino Nazareth, a cada dia e a cada ato do ministro, se fortalecia nele a convicção de que Lindolpho Collor não fizera “simples frase” quando tomou posse na nova pasta e “declarou que o Ministério do Trabalho seria o Ministério Específico da Revolução”.

Portanto, era preciso que os trabalhadores não perdessem a “esperança no dealbar de uma era nova para o proletariado de nosso país”. De acordo com Agripino Nazareth, pensavam como ele Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta. Não haveria outra explicação para estarem os três “cooperando” com o Governo Provisório e o “alto senso de seleção de valores” que Vargas havia atribuído a Lindolpho Collor. Valendo-se da oportunidade oferecida pelo telegrama enviado pelos membros do Centro Operário da Bahia, Agripino Nazareth os concitou a restaurar as “antigas agremiações de classe, para o ressurgimento da Federação dos Trabalhadores Baianos e filiação à Confederação Brasileira do Trabalho”, que seria instalada no Rio de Janeiro assim que se completasse o processo de organização nos estados.

Por isso, deveria prosseguir o trabalho de reivindicação em favor dos operários, mas deveriam ser afastados do Centro Operário da Bahia os “elementos estranhos que o converteram num coio de politicalha”. Agripino Nazareth foi ainda mais longe, e disse que o Centro Operário era um “patrimônio” que representava “o esforço e a dedicação de algumas gerações proletárias”, mas que os “agentes dos dominadores políticos” haviam se infiltrado nele, “comprometendo-lhe a finalidade e chegando a tornar os operários apenas tolerados na casa sua”. Otimista, Agripino disse que se os operários o reivindicassem de volta, o Centro guardaria sua “feição educativa e de beneficência”,

devendo ser reativadas as associações que compuseram a Federação dos Trabalhadores Baianos, que haviam sido “esmagadas pelos antigos dominadores”. Esses sindicatos operários redivivos deveriam “refletir o pensamento e aspirações do proletariado, articulando-se com o Ministério do Trabalho para obtenção do quanto o espírito de justiça social, tão vivo nas palavras e nos atos do atual detentor da nova pasta, possa reconhecer nos legítimos reclamos obreiros”.

Agripino Nazareth fez questão de avisar aos operários que o interventor federal que governava a Bahia vinha de uma “campanha iniciada na propaganda liberal” que tinha tido continuidade “nas urnas eleitorais” e foi “vitoriosa”, afinal, no embate entre as “armas revolucionárias” contra as dos “defensores do regime oligárquico”. Ele era, pois, um indivíduo “integrado na mentalidade do Brasil Novo”. Portanto, não oporia entraves ao processo de “reorganização sindical dos trabalhadores baianos”. Mais interessante, porém, foi o salvo-conduto apresentado por Agripino Nazareth aos trabalhadores. Segundo ele, os operários baianos eram “fiéis à antiga orientação de adeptos do sindicalismo puro, sem mescla de ideologia política”. Nesse sentido, sua organização se constituiria numa “barreira à penetração do bolchevismo dissolvente e da politicagem profissional”, ambos “igualmente funestos à vida das associações de classe”.³⁸

Apesar de sua trajetória política ter se cruzado com o movimento operário e com as lutas sindicais da Bahia, Agripino Nazareth reconstruía a seu modo essa *memória* ao afirmar que o sindicalismo operário baiano era “puro”, livre de influências “políticas” e “ideológicas”. Na verdade, essa *memória* não era sequer uma pálida lembrança da *História* que ele vivera naquele estado, pois não havia nada de neutralidade político-ideológica na maioria dos sindicatos operários baianos, e ele sabia disso. Pelo contrário, os trabalhadores tinham uma longa tradição de participação nas eleições desde o Império que se ampliou sob a República.³⁹

³⁸ *Diário de Notícias*, Salvador, 8 jan. 1931, p. 1. O primeiro interventor da Bahia foi Leopoldo Afrânio do Amaral, que governou de 1º de novembro de 1930 a 18 de fevereiro de 1931. O segundo interventor assumiu em 18 de fevereiro e governou até 15 de julho de 1931. Esses dois curtos governos civis corresponderam à fase do “tumulto” e do “confronto”, conforme análise de Consuelo Novais Sampaio. A “acomodação” foi conseguida com o terceiro interventor, o tenente Juracy Magalhães, que governou a Bahia até 1937. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992, p. 63.

³⁹ Sobre o envolvimento da classe operária baiana com a política formal, ver: CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese de Doutorado em História, FFCH - UFBA, 2008.

Apesar da visível mudança em seu discurso, em maio de 1933 Agripino Nazareth apelou para os eleitores baianos mais uma vez na tentativa (mal-sucedida) de se eleger deputado constituinte pela Ação Social Proletária, uma agremiação formada por sindicalistas ligados ao MTIC e ao interventor da Bahia, Juracy Magalhães.⁴⁰

Seus laços com a classe operária baiana, porém, ainda eram razoáveis. Tanto que em abril de 1936, Agripino, então procurador do DNT-MTIC, tomou parte do 1º Congresso da União Sindical dos Trabalhadores Baianos na qualidade de representante do ministro Agamenon Magalhães e presidente de honra do conclave.⁴¹

Em 1º de maio de 1941, data em que a Justiça do Trabalho foi efetivamente implantada, Agripino se tornou procurador de seu órgão supremo, o Conselho Nacional do Trabalho (CNT).⁴² Em 1946, a Justiça do Trabalho saiu da órbita do Poder Executivo e foi colocada na esfera do Poder Judiciário. O CNT deu lugar ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), e os procuradores, como Agripino, passaram a integrar o Ministério Público do Trabalho.⁴³

Após o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, João Café Filho assumiu, interinamente, a presidência da República, e se lembrou de que, antes da vitória da Revolução de 1930, passara dificuldade até que Agripino, diretor do jornal *A Manhã*, o contratasse como redator daquele diário. Ocorreu-lhe, então, convidar o amigo para assumir uma cadeira de ministro do TST, mas Agripino declinou da oferta, alegando que não possuía vocação para juiz, preferindo continuar estudando as leis e emitindo pareceres sobre os processos.⁴⁴ Em fevereiro de 1960, Agripino iniciou seu processo de aposentadoria, falecendo em data incerta.

O avanço da pesquisa e o aprofundamento dos conhecimentos sobre a trajetória de Agripino Nazareth nos permitirão lançar novas luzes sobre a história das lutas e idéias sociais no Brasil, bem como sobre o comportamento do Estado e das elites econômicas e políticas brasileiras em face do movimento operário e sindical e suas demandas por cidadania política e social num longo período histórico de nosso país.

⁴⁰ FONTES, José Raimundo. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política (1930-1947)*. 1997. Tese (Doutorado em História) - FFLCH - USP, São Paulo, 1997, p. 75.

⁴¹ *A Tarde*, Salvador, 18, 20 e 23 abr. 1936, p. 2.

⁴² Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Revista do Conselho Nacional do Trabalho*, n. 9. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, junho de 1941, p. 26.

⁴³ Arquivo do Ministério Público do Trabalho. *Ficha funcional de Agripino Nazareth*.

⁴⁴ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao catete: memória políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966, p. 54-55, 295-296.